

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo tenta manter leilão de distribuidoras](#)..... 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Leilão de incertezas.....	2
Título: Empresas de energia privatizadas se tornaram mais eficientes.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Nenhum candidato vai querer de novo o desastre da Petrobras.....	6
Título: Estatal pode ficar em nova empresa com Braskem e Lyondell Basell	9
Título: Governo vai à Justiça em favor da Eletrobrás	11
Título: Regulador precisa se manifestar para resolver impasse	12
Título: Italiana Enel conclui compra da Eletropaulo	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Governo tenta manter leilão de distribuidoras.....	15
Título: ES vai à Justiça contra renovação de concessão da Vale.....	16
Título: A solução 3D para o setor de energia.....	17

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro E Eliane Oliveira****Título: Leilão de incertezas**

AGU tenta minimizar insegurança jurídica. Analistas veem disputa de liminares até o último minuto

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO- A liminar que levou o BNDES a suspender, na quinta-feira, o leilão de distribuidoras da Eletrobrás localizadas nos estados de Amazonas, Rondônia, Acre, Piauí e Roraima deve ser apenas uma das muitas até a data do certame, marcado para 26 de julho. Esse tipo de ação, que já é comum em processos de venda de ativos públicos, ganhou uma incerteza adicional após a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu a alienação de estatais sem aval do Congresso.

A decisão de Lewandowski foi usada como base do pedido da Associação dos Empregados da Eletrobrás para suspender a disputa. A Advocacia- Geral da União (AGU) e o BNDES recorreram ontem ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) para derrubar a decisão da 19ª Vara Federal do Rio. A AGU ainda divulgou parecer informando que a decisão de Lewandowski não impede a venda das empresas. — O governo vai ter que lidar com essa avalanche de liminares e vai ter que lidar com esses contratempos até o último minuto.

É uma incerteza que se criou — disse Leonardo Miranda, sócio da área de energia do Tozzini Freire Advogados. As ações da Eletrobrás sentiram o impacto das idas e vindas. Ao longo do dia, chegaram a recuar mais de 5%, mas ganharam fôlego depois que a AGU afirmou que não havia impedimento legal para o leilão. Os papéis preferenciais (sem voto) fecharam em alta de 0,27%, a R\$ 14,64. Os ordinários (com voto) recuaram 0,66%, a R\$ 16,64.

A melhora também foi possível em razão da trégua nos mercados, com o dólar encerrando os negócios em queda de 0,87%, a R\$ 3,851, e uma alta de 0,97%, aos 76.594 pontos na Bolsa.

IMBRÓGLIO PODE PESAR NO BOLSO DO CONSUMIDOR

Na avaliação da AGU, a decisão de Lewandowski, de dez dias atrás, não impede a venda das distribuidoras. A AGU avalia que a privatização das empresas já está prevista na legislação em vigor. Uma das leis citadas no parecer é a Lei nº 9.491/97, que permitiu a venda do controle acionário de estatais federais. De acordo com o documento, a única exceção é a Ceal, de Alagoas, que não poderia ser

leiloadada em razão de outra decisão de Lewandowski, na qual o ministro do Supremo suspendeu expressamente a venda.

A AGU e o BNDES argumentam, ao recorrer da decisão da Justiça do Rio, que a manutenção das subsidiárias sob controle da Eletrobrás colocará em risco a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos estados onde as empresas atuam e vai pesar no bolso dos consumidores locais. Isso porque as empresas dependem de investimentos altos para continuar operando — recursos que somente poderão vir de compradores particulares, considerando as restrições financeiras enfrentadas pela União e pela própria Eletrobrás.

Além disso, o texto destaca que o Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu, recentemente, a legalidade da realização do leilão. Outro argumento é que, somente em 2017, as distribuidoras acumularam prejuízo de R\$ 4,5 bilhões. As operações têm sido mantidas com a ajuda da Reserva Global de Reversão (RGR). Como são recursos que deverão ser posteriormente devolvidos ao sistema elétrico por meio de ajustes tarifários, o atraso na venda das subsidiárias representará, no futuro, um custo maior para os consumidores atendidos por elas, argumenta a AGU.

Para Miranda, do Tozzini Freire, a maior parte das ações para contestar o leilão deve ter cunho trabalhista, em razão da preocupação com a preservação dos empregos. O governo conseguiu dirimir parte da incerteza com a aprovação da venda das distribuidoras na Câmara, mas ainda é necessário que o projeto seja aprovado no Senado. A votação deve ser retomada apenas em agosto, após o recesso parlamentar, depois da data prevista para o leilão e mais perto das eleições.

Mariana Macedo Pessanha, especialista do setor do Siqueira Castro Advogados, lembra que, desde o início, é conturbado o processo de venda dessas distribuidoras, mas que a alienação é importante para o saneamento da Eletrobrás — e a posterior privatização da própria holding. — O governo tentou fazer a venda por meio de uma medida provisória, mas não conseguiu aprová-la no prazo, e isso passou a ser contemplado em um projeto de lei com caráter de urgência. Mas agora essa discussão e esse processo ocorrem em um momento mais delicado do ponto de vista do panorama político — afirmou, lembrando a proximidade da realização das eleições, em que parlamentares evitam votar temas espinhosos.

"NÃO SE PODE DEIXAR A SOCIEDADE SEM ENERGIA"

O valor que será arrecadado pela Eletrobrás não será alto: R\$ 50 mil para cada distribuidora. Vai levar quem oferecer, no leilão, a menor tarifa. O valor parece pouco, mas a estatal irá se livrar de uma dívida bilionária. O governo já decidiu

que, se elas não forem licitadas até o fim do ano, serão liquidadas ao custo de R\$ 25 bilhões para a Eletrobrás. Especialistas do setor, porém, não veem condições de isso ocorrer, uma vez que um serviço público essencial deixaria de ser prestado. — É difícil que isso ocorra.

É uma situação praticamente impossível. Não se pode deixar a sociedade sem energia. O governo, de alguma forma, vai ter que encontrar uma solução. Uma liquidação seria o pior dos mundos. Uma situação delicada e complicada — avaliou André Cruz, diretor de regulação da Safira Energia. Para Afonso Henriques Moreira Santos, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o setor elétrico enfrenta uma série de incertezas que podem contaminar o leilão das distribuidoras e reduzir o apetite do empresariado.

Ele cita riscos econômicos, como o crescimento do país abaixo do esperado anteriormente, a indefinição política com a proximidade das eleições e a situação institucional delicada do setor. — Existe muita indefinição. A aprovação recente da isenção da tarifa para a baixa renda, por exemplo (incluída nos destaques do projeto de lei que viabiliza a venda das distribuidoras na Câmara), é uma demagogia que traz riscos para o mercado, e isso ocorreu poucos dias antes da data prevista do leilão. Há ainda a liminar do ministro Lewandowski, que complicou todo esse cenário.

Colaborou Danielle Nogueira

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Empresas de energia privatizadas se tornaram mais eficientes

Estatel do Ceará, 20 anos após leilão, ocupa 4º lugar em qualidade

SÃO PAULO- O leilão de privatização das distribuidoras da Eletrobrás (Amazonas, Rondônia, Acre, Piauí e Roraima) deve virar alvo de disputas judiciais, mas nem isso afasta os investidores. Se essa atratividade se confirmar na disputa, essas empresas podem se tornar mais eficientes, lucrativas e menores. Foi o que aconteceu com outras estatais de energia vendidas nos últimos tempos. — Temos um potencial de consolidação importante. Essas distribuidoras têm uma qualidade operacional muito ruim, mas há espaço para melhorar.

Elas são uma boa oportunidade para grupos que já têm a experiência de investir em estatais — avaliou Sabrina Cassiano, analista da corretora Coinvalores. Uma das empresas com essa experiência é a italiana Enel, que recentemente

comprou a Eletropaulo. Ela opera a Enel Ceará, antiga Coelce, privatizada há quase duas décadas, e também disputou e levou, no fim de 2016, a Celg, hoje Enel Goiás. A distribuidora do Ceará já foi considerada uma das piores do país e hoje ocupa a quarta posição no ranking de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A antiga Celg está em uma posição ruim no ranking, mas a Enel já fez uma parte dos investimentos previstos para melhorar a rede de distribuição, o que inclui obras de expansão e a construção de uma nova subestação, e investimentos em tecnologia, como um sistema de gestão remota para verificar interrupções, além do equacionamento da dívida. A Cemar, no Maranhão, do grupo Equatorial, é outra distribuidora entre as melhores. Assim como as que estão para ser privatizadas, ela tinha dívida elevada.

A Equatorial, segundo fontes, quer participar do leilão. O mesmo é esperado da Energisa, que controla nove distribuidoras no país. "A Energisa não tem ainda definição sobre sua participação no processo de privatização destas distribuidoras, mas ressalta que está sempre atenta a oportunidades que façam sentido em sua estratégia de negócio".

MENOS FUNCIONÁRIOS

Outra interessada é a espanhola Iberdrola, que perdeu para a Enel a disputa pela Eletropaulo. Segundo fontes de um escritório de advocacia que assessoria um dos investidores, é possível que estrangeiros participem da disputa, mas, por ser um setor regulado, o interesse maior é de empresas que já exploram a distribuição de energia no país, pois conseguem calcular melhor as sinergias. A nova gestão passa por enxugamento do quadro de funcionários, uma vez que parte deles acaba perdendo a estabilidade. — Os grupos que compram participam mais da gestão e conseguem equacionar mais rapidamente as dívidas.

As empresas enxugam o quadro de funcionários, ficando com uma estrutura menos inchada — avaliou Mariana Macedo Pessanha, especialista do Siqueira Castro Advogados. Glauco Legat, analista chefe da Spinelli, diz que a privatização resolverá parte dos problemas da Eletrobrás, que não tem como lidar com os quase R\$ 25 bilhões de dívidas dessas empresas. — A Eletrobrás não vai ganhar dinheiro com essas privatizações, mas vai tirar uma dívida grande de seu balanço.

A conta negativa vai diminuir. Pelo edital, cada uma das distribuidoras vai a leilão por R\$ 50 mil. Além do valor, leva a distribuidora quem oferecer a menor tarifa e se comprometer a um valor mínimo de investimentos. Além dos clientes, levam junto a dívida bilionária das empresas. As consideradas mais

atrativas são a Cepisa, do Piauí, e a Ceal, de Alagoas. Ambas têm mais de um milhão de clientes e dívida de R\$ 3,099 bilhões e R\$ 2,405 bilhões, respectivamente.

A mais problemática é a do Amazonas, com dívidas de R\$ 20,373 bilhões, sendo que mais de R\$ 6 bilhões vencem a curto prazo. — Não vai ser um leilão vazio. Ainda mais considerando a desvalorização da nossa moeda, isso vai atrair os grupos estrangeiros — disse um executivo de banco de investimentos, que pediu para não ser identificado, lembrando que há garantia de receita pois as concessões são de longo prazo. Felipe Bevilacqua, gestor da Levante Investimentos, lembra que o imbróglio jurídico deve continuar pressionando ações da estatal a curto prazo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Raquel Landim

Título: Nenhum candidato vai querer de novo o desastre da Petrobras

Entrevista : Ivan Monteiro

Presidente da empresa defende que a ausência de interferência política permitiu a recuperação da estatal e diz estar aberto ao diálogo sobre a periodicidade de reajustes

Rio de Janeiro- Alçado ao comando da Petrobras em meio à crise gerada pela paralisação dos caminhoneiros, o presidente da estatal, Ivan Monteiro, diz que os candidatos à Presidência poderão comparar duas visões sobre a condução da companhia, uma que conduziu ao "desastre" e outra de recuperação.

A autonomia da empresa passou a ser questionada após a alta dos combustíveis que motivou a paralisação, levando a política de reajustes ao centro do debate político. Monteiro defende, porém, que a recuperação da estatal só foi possível pela ausência de interferência na gestão.

"Os meus primeiros 90 dias foram dramáticos. Ninguém pode querer aquela situação novamente", diz, referindo-se a 2015, quando chegou à empresa com a missão de calcular os custos da corrupção.

Monteiro afirma que, assim como seu antecessor, Pedro Parente, recebeu do presidente Michel Temer a garantia de que não haveria ingerências. Em junho, porém, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) abriu consulta pública para estudar a possibilidade de limitar o prazo de reajustes.

Ele diz estar aberto ao diálogo, mas ressalta que seguir as cotações internacionais é fundamental para a saúde financeira da companhia.

*

Antes de assumir a Petrobras na esteira da greve dos caminhoneiros, o senhor teve uma conversa com presidente Michel Temer. O senhor colocou condições para aceitar o cargo ou recebeu algum tipo de garantia?

O presidente me disse que todas condições que tinham sido dadas ao Pedro [Parente] — ausência de interferência política na indicação dos cargos e na formação da política comercial — estariam estendidas a minha gestão. E, durante toda a gestão do Pedro, da qual eu participei ativamente, foi isso que ocorreu. Foram essas condições que possibilitaram a recuperação da Petrobras.

Logo em seguida, no entanto, a ANP abriu uma consulta pública sobre a periodicidade do reajuste da gasolina. Não é uma interferência na política de preços?

O diretor-geral da ANP [Décio Oddone] já disse várias vezes que não fará qualquer tipo de interferência na política comercial de qualquer empresa, não só da Petrobras. O que a ANP está fazendo de maneira democrática é, antes de publicar uma resolução, chamar uma audiência pública. Nós apoiamos plenamente esse processo.

O importante para a Petrobras é não perder a Uberdade para praticar apolítica comercial mais realista possível, não gerar uma situação de desvantagem em relação aos seus concorrentes e, evidentemente, não causar prejuízo à saúde financeira. No passado, isso aconteceu e foi desastroso.

Parente disse em sua carta de demissão que não queria ser um "empecilho à discussão de alternativas" para a política de preços. O senhor é mais flexível?

Não. Todas as decisões na Petrobras são colegiadas e são tomadas respeitando os pareceres das áreas técnicas.

A imensa contribuição que o Pedro trouxe foi instituir um acompanhamento vigoroso à entrega do plano de negócios.

Antes da nossa chegada, a Petrobras prometia para o mercado uma curva de produção e não entregava, fez investimentos que tiveram consequências muito ruins para a companhia...

Mas é essa mesma companhia que descobriu o pré-sal. E hoje temos o desafio de ser muito competitivos ou não vamos conseguir explorar os ativos excelentes que temos no pré-sal.

Qualquer decisão tem que preservar saúde financeira da companhia e sua capacidade de ser competitiva.

O conselho de administração da Petrobras vem tentando blindar a empresa contra interferências políticas. Com as eleições, o sr. vê risco de mudanças?

Todos vão ter a oportunidade de acompanhar os resultados da companhia e verificar que a ausência de interferência política é que possibilitou recuperação da saúde financeira da companhia.

A Petrobras é uma indutora importante do investimento e tem um impacto muito positivo na economia, seja na geração de empregos e, principalmente, no aumento da arrecadação de tributos.

Mas é um momento de questionamento do uso que a Petrobras faz do monopólio, se beneficia mais o investidor ou a sociedade. E isso deve entrar no debate eleitoral.

A gente tem dois momentos muito claros. O momento em que a companhia viveu a maior crise da sua história e outro momento em que há plena recuperação financeira.

Os meus primeiros 90 dias aqui foram dramáticos [a Petrobras esteve ameaçada de resgate antecipado de toda a sua dívida por não conseguir entregar seu balanço financeiro] . Ninguém pode querer essa situação novamente. Logo, teremos duas visões muito claras sobre isso: uma que foi um desastre e outra que vocês estão acompanhando.

Houve falha ao não prever que a política de reajustes diários dos combustíveis poderia gerar uma convulsão social se houvesse um repique de preços?

Não. É natural que em anos eleitorais haja volatilidade maior no câmbio, mas ninguém imaginava que o petróleo teria essa trajetória de crescimento. E isso ocorreu não porque o preço está respondendo a um cenário de oferta e demanda, mas por eventos de natureza política: as sanções ao Irã, a redução dramática da produção na Venezuela, eventos na Líbia, etc.

A Petrobras defende a criação de um imposto que suavize o repasse da volatilidade para o consumidor. Mas isso é factível numa situação fiscal tão apertada do governo federal?

Existem exemplos ao redor do mundo em que os governos fazem isso porque, quando ocorre aumento expressivo de preços do petróleo, há impacto relevante na inflação. E a resposta dos bancos centrais é subir a taxa de juros, o que gera um impacto negativo na economia.

Logo, é preocupação de todo governo que o impacto do preço do petróleo não ocorra de forma tão dramática. Não estou falando em criação de novos tributos, mas em tributos já existentes, que podem funcionar como esse colchão para amortizar volatilidades. No Brasil, tem um imposto específico que foi criado exatamente para isso [a Cide, instituída em 2001].

As incertezas sobre reajustes podem prejudicar o processo de venda de participações em refinarias?

Insegurança sempre afasta investidores, que exigem um aumento da remuneração para aplicar o dinheiro. Para ter uma rentabilidade maior, utilizam uma taxa de desconto maior e reduzem o preço do ativo. O processo de venda dessas refinarias foi interrompido por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). Acredito que a decisão da ANP sobre reajustes virá antes, diminuindo essa incerteza.

O senhor chegou a Petrobras com Aldemir Bendine, que foi preso pela Operação Lava Jato. O senhor teve conhecimento de alguma irregularidade?

Não, de forma nenhuma. Foi uma grande surpresa para todos nós.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estatal pode ficar em nova empresa com Braskem e Lyondell Basell

Rio de Janeiro- A perspectiva de compra do controle da Braskem pela holandesa Lyondell Basell pode levar a Petrobras a desistir de se desfazer de sua fatia na petroquímica, conforme previa o plano de investimento da estatal.

A Lyondell Basell assinou acordo de exclusividade para negociar a compra das ações da Odebrecht na Braskem, que correspondem a 38,3% do capital da petroquímica.

Dona de 36,1%, a Petrobras tem direito de receber o mesmo valor pela sua fatia, caso o negócio seja fechado.

O presidente da estatal, Ivan Monteiro, disse à Folha, porém, que a estratégia de venda de sua participação pode ser reavaliada em caso de transferência do controle.

"Podemos ter a chance de nos tornarmos sócios de uma empresa com presença global", afirmou. Com sede em Roterdã, a Lyondell Basell tem operações em 17 países.

A companhia é fruto da fusão, em 2007, entre a Lyondell Chemical Company e a Basell, operação que criou a terceira maior petroquímica independente do mundo.

Em 2017, a companhia teve receita de US\$ 34,5 bilhões (R\$ 114 bilhões ao câmbio do dia 31 de dezembro), com vendas em mais de 100 países.

"Para a diretoria executiva [da Petrobras], vai ser um momento de reflexão sobre a forma de se posicionar no mercado global", disse Monteiro. Ele frisou, porém, que ainda não há qualquer decisão sobre o tema. "Temos que ver quais as condições que o grupo Odebrecht vai negociar."

Em junho, Lyondell Basell e Braskem disseram em comunicado que a potencial combinação de suas atividades pode criar valor significativo para acionistas, clientes e empregados. O texto ressalta, porém, que o negócio depende de acordos, diligências e aprovações corporativas.

A fatia na Braskem é vista pelo mercado como um dos ativos mais valiosos do plano de desinvestimentos da Petrobras, que prevê levantar US\$ 21 bilhões (R\$ 81 bilhões, na cotação atual) no biênio 2017-2018. Considerando o preço atual das ações, a fatia da Petrobras tem valor de mercado de R\$ 14,7 bilhões.

O plano de venda de ativos da Petrobras enfrenta obstáculos jurídicos, como a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski que condicionou privatizações à aprovação do Congresso e levou a estatal a suspender negociações com a francesa Engie para a venda da TAG, que opera os gasodutos do Norte e Nordeste, e o processo de venda de participações em refinarias.

Monteiro diz, que a meta para o fim do ano está mantida. Segundo ele, a alta do preço do petróleo pode melhorar o valor de participações minoritárias que a Petrobras ainda está habilitada a negociar, já que a liminar de Lewandowski atinge apenas operações de transferência de controle.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Taís Hirata**Título:** Governo vai à Justiça em favor da Eletrobrás

AGU e BNDES recorrem para manter leilão das distribuidoras; setor acredita que certame pode ficar para agosto

São Paulo- A Advocacia-Geral da União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recorreram nesta sexta-feira (13) ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) em busca de derrubar decisão liminar da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro que suspendeu o leilão de seis distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobrás, informou a AGU.

A decisão suspendeu o leilão de venda das distribuidoras Amazonas Energia, Ceron, Ceai, Boa Vista Energia, Eletro-acre e Cepisa, informou a assessoria de imprensa da AGU.

No recurso, a AGU explica que a autorização já foi dada por diversos dispositivos legais, citando seis leis no pedido para reverter a decisão.

A AGU e o BNDES também ressaltam que o Tribunal de Contas da União (TCU) já reconheceu recentemente a legalidade da realização do leilão, em acórdão deste ano. E que a manutenção das subsidiárias sob controle da Eletrobrás colocará em risco a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos Estados onde as empresas atuam — Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima — e onerará excessivamente os consumidores locais.

Isso ocorre, de acordo com a AGU, por que as subsidiárias dependem de elevados investimentos para continuar operando, recursos que somente poderão vir dos compradores particulares, tendo em vista as restrições financeiras enfrentadas pela União e pela própria Eletrobrás.

Apesar de o governo federal ter reiterado seu plano de vender as distribuidoras da Eletrobrás no dia 26 de julho, analistas e representantes do setor elétrico preveem um adiamento, devido justamente às recentes decisões liminares que têm buscado cancelar o leilão.

A expectativa é que o leilão seja adiado para o fim de agosto. No entanto, não se trataria de uma data-limite. Caso a venda das empresas não se concretize, a única saída seria liquidar as seis distribuidoras da estatal, opção considerada

dramática, pois põe em risco a continuidade do serviço e pode transferir à Eletrobrás um volume enorme de passivos.

Ou seja, a expectativa é que os esforços para realizar o leilão sejam contínuos - embora as perspectivas fiquem ainda mais difíceis à medida que a eleição se aproxima e que não há pistas sobre qual será o posicionamento do novo presidente sobre o tema.

A decisão da Justiça do Rio que levou à anulação do edital, na quinta, acatou uma ação civil pública movida pela Associação dos Empregados da Eletrobrás, que pedia a suspensão do processo licitatório, ao entender que o certame precisaria de aprovação legislativa.

A ação é fruto de uma decisão do ministro do STF Ricardo Lewandowski que proibiu a privatização de estatais sem aval prévio do Congresso.

No entanto, mesmo com o argumento do governo de que há amparo legal para realizar o certame, os analistas estimam que será preciso garantir segurança jurídica aos possíveis compradores e evitar um desgaste político muito forte, segundo avaliação de um representante do setor elétrico.

A venda das distribuidoras sofre resistência entre parlamentares até mesmo do partido do governo.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Regulador precisa se manifestar para resolver impasse

Análise :

José Roberto Afonso e Maurício Aquino

economista, professor do IDP e do IBRE/FGV

Maurício Aquino, contador e diretor da Praxis Brasil Consultoria

São Paulo- As recentes decisões do judiciário brasileiro em suspender as privatizações concessionárias estaduais de energia elétrica tem um aspecto interessante a ser considerado. E antes de comentarmos este aspecto, os autores esclarecem que são a favor destas privatizações (e de outras), desde

que os aspectos legais e de regulação, de equilíbrio entre os entes públicos e de transparência sejam devidamente observados.

Essas empresas se encontram sob o controle da Eletrobrás, na sua maior parte desde os anos noventa, quando os estados que as controlavam, transferiram o seu controle para a União, mediante o recebimento de adiantamentos por conta de suas privatizações.

Atualmente, encontram-se com suas concessões em regime temporário, e por decisão de assembleia de acionistas da Eletrobrás no final de 2017, as mesmas deveriam ser privatizadas até o final deste mês de julho. Caso não fossem privatizadas, as mesmas teriam suas atividades encerradas, e a operação do serviço de distribuição de energia seria interrompido, caso o poder concedente não renovasse temporariamente a concessão e fornecesse os devidos recursos para a operação.

É importante lembrar que todas estas empresas, exceção feita à Amazonas Energia, vêm apresentando péssimos serviços aos seus clientes, com grandes interrupções no fornecimento de energia, segundo do ranking do Desempenho Global de Continuidade - DGC, elaborado pela Aneel, a agência reguladora do setor.

Em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, a Eletrobrás está convocando assembleia extraordinária para decidir sobre a continuidade temporária dos serviços.

Neste imbróglio, chama a atenção o caso particular da Ceai, que possui créditos a receber da União, remanescentes da entrega do controle acionário da empresa, discussão objeto de demanda judicial.

Esta demanda judicial, movida pelo estado de Alagoas, prende-se ao fato de que este estado, quando entregou o controle da Ceai à União (em 1998), que por sua vez transferiu as ações e a administração da empresa para a Eletrobrás, recebeu um adiantamento pela venda das ações.

Quando a empresa fosse privatizada, lá em 1998, do valor apurado no leilão seria deduzido o adiantamento e o valor restante transferido ao estado de Alagoas. Como o leilão não teve lances, a empresa não foi privatizada desde então, restando uma dívida da União (via Eletrobrás) com o estado de Alagoas.

O mais interessante acontece a partir de 2011, pois, através de uma auditoria do Tribunal de Contas da União, verifica-se que a Eletrobrás quitou com a União os valores que esta pagou aos estados que transferiram suas distribuidoras à mesma entre 1996 e 1998. E pagou usando recursos de um fundo setorial

administrado por ela própria Eletrobrás. Tal fato foi considerado indevido por auditoria do TCU.

Mais ainda, em 2017 a Eletrobrás em comunicado ao mercado, menciona que irá recompor ao fundo setorial (RGR) valores que usou indevidamente, conforme alertado pela agência reguladora.

Ou seja, apresenta-se uma privatização que possui alguns vícios de origem que ainda não foram devidamente sanados, para que o processo cumpra-se dentro dos melhores rigores de governança e transparência.

Neste cenário, entendemos ser determinante a participação efetiva da agência reguladora, usando o seu poder de assegurar o devido cumprimento das normas setoriais, e para que seja assegurada e melhorada a prestação dos serviços nas regiões afetadas por estas distribuidoras.

Esta participação evitará a intervenção nas empresas, fato permitido pela Lei 12.767/2012, que além de permitir ao regulador indicar os administradores, bloqueará bens dos atuais administradores das empresas e da empresa controladora, a Eletrobrás.

E é bom lembrar que o regulador já possui experiência em caso semelhante, a intervenção no Grupo Rede, ocorrida em 2012.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Italiana Enel conclui compra da Eletropaulo

São Paulo- A elétrica italiana Enel concluiu o processo de compra de ações da Eletropaulo, elevando a sua participação na distribuidora de eletricidade paulista para 93,3%.

A Enel fechou a compra do controle da Eletropaulo após oferta pública efetivada em junho, quando pagou R\$ 5,5 bilhões por cerca de 73% da companhia.

Posteriormente, a empresa anunciou um aumento na fatia, para 87,8%. Agora, a Eletropaulo disse que os italianos compraram mais R\$ 9,28 milhões de ações em 3 e 4 de julho, o que levou sua participação total na empresa a 156,158 milhões de ações, ou 93,3%.

"O anúncio de hoje é um resultado satisfatório nesta etapa final da aquisição da Eletropaulo e representa um marco na execução de nossa estratégia na América Latina", disse Francesco Starace, CEO da Enel.

Com o negócio, a Enel se torna a maior distribuidora de eletricidade do Brasil, superando a CPFL, controlada pela chinesa State Grid.

A Eletropaulo atende cerca de 18 milhões de consumidores, segundo informações do site da companhia.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: Governo tenta manter leilão de distribuidoras

AGU e BNDES entraram com recurso para impedir que a licitação, marcada para o dia 26 de julho, continue suspensa por ordem judicial

O governo está correndo contra o tempo para tentar vencer a guerra judicial que se formou em torno da privatização das distribuidoras de energia da Eletrobrás. Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o BNDES recorreram da liminar que suspendeu, na noite de quinta-feira, a licitação marcada para o dia 26 de julho. Depois da suspensão do edital pelo BNDES, por conta da decisão judicial, o governo decidiu deixar claro que vai brigar para manter a licitação.

A liminar que suspende o leilão foi concedida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, em uma ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel). Em seu despacho, ajuíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro citou a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que proibiu a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso Nacional.

Para derrubar a liminar, AGU e BNDES apresentaram pedido ao Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2). O recurso diz que há autorização legal para vender as distribuidoras em seis leis e destaca que o Tribunal de Contas da União (TCU) também reconheceu a legalidade da realização do leilão.

A AGU também enviou parecer de força executória com o mesmo teor ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**. O documento tem como objetivo deixar

claro o entendimento do governo de que a liminar dada por Lewandowski às vésperas do recesso do Judiciário não se aplica às distribuidoras.

A única exceção citada é a Ceal, distribuidora que atua em Alagoas. No caso dessa empresa, há uma liminar específica, também concedida por Lewandowski, que impede o leilão até que seja resolvida uma disputa financeira entre os governos federal e estadual que data de 1998, quando a empresa foi assumida pela Eletrobrás.

Ontem, o governo também conseguiu reverter a decisão da Justiça Federal do Piauí contra a venda da Cepisa, a distribuidora local. Mas o Judiciário não é o único obstáculo aos planos do governo de leiloar as distribuidoras. Apesar de ter sido aprovado na Câmara, o projeto de lei que facilita a venda das empresas e resolve pendências das companhias não foi aprovado no Senado e só deve ser apreciado em agosto, após o recesso parlamentar. A proposta é fundamental para viabilizar a atratividade das distribuidoras do Amazonas e de Roraima.

Ainda assim, o ministro de Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que o governo não desistiu do leilão. "A nossa ideia é manter. Agora, se chegarem à conclusão contrária, ele será adiado. Nós ainda estamos trabalhando com a expectativa de realização do leilão no dia 26."

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ao Estadão/Broadcast que o governo pode fazer o leilão em duas etapas. Na primeira, em 26 de julho, seriam vendidas as distribuidoras do Piauí, Acre e Rondônia. Na segunda, após a derrubada da liminar do STF e da aprovação do projeto de lei no Senado, seria a vez das empresas de Alagoas, Amazonas e Roraima.

COLABORARAM JULIA LINDNER, VERA ROSA E TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Batista - Rio

Título: ES vai à Justiça contra renovação de concessão da Vale

O governo do Espírito Santo ajuizou ação para barrar o processo de renovação antecipada da concessão da Ferrovia Vitória-Minas para a Vale. O objetivo é garantir que o investimento a ser realizado pela mineradora como contrapartida seja no Estado e não no Centro-Oeste.

Pela proposta negociada entre a companhia e o governo federal, detentor da concessão da ferrovia, serão investidos R\$ 4 bilhões em uma nova ferrovia -

majoritariamente no território do Mato Grosso - para atender o agronegócio. Segundo o procurador-geral do Estado, Alexandre Nogueira Alves, o objetivo da ação, ingressada na Justiça Federal do ES, é suspender o processo de renovação antecipada e marcar uma audiência de conciliação com o governo federal. O réu na ação é a União e não a Vale. Para Alves, o governo está realizando um processo sem transparência e pouco sustentado tecnicamente.

"No processo administrativo não há nenhuma justificativa do porquê dessa contrapartida de R\$ 4 bilhões. Esse valor não se sustenta em nenhum dado técnico", diz Alves.

Para ele, a motivação do governo federal na escolha do investimento foi política e desconsiderou a necessidade de que o investimento que substitui a outorga seja feito no próprio objeto da concessão, conforme prevê a Lei 13.444. "Falta transparência para quem quer fazer uma prorrogação dez anos antes do fim da concessão (em 2027) em fim de governo".

A Vale não comentou a iniciativa do governo estadual. O protocolo do pedido para renovação foi apresentado em novembro de 2015. "A empresa sempre manifestou que a contrapartida seria o prolongamento da Vitória-Minas na direção do sul do ES. São 163 km a um custo estimado de R\$ 3 bilhões", diz Alves.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A solução 3D para o setor de energia

A geração descentralizada, também conhecida como geração distribuída, já é uma realidade mundial. Barreiras sociais e ambientais, juntamente com altos custos de transmissão e altas perdas de energia, tornaram os arranjos de energia centralizada mais desafiadores, abrindo uma oportunidade à inserção da produção de energia por novas abordagens. Como resultado, a expansão da geração de energia ao redor do mundo tem se concentrado sobre arranjos descentralizados.

O movimento a favor da disseminação da geração descentralizada de energia elétrica ganhou, ainda, mais momentum após o Acordo de Paris de 2015. Com ele, muitos governos modificaram suas políticas energéticas, a fim de acelerar o desenvolvimento e a utilização de tecnologias energéticas descentralizadas. Normalmente, essas políticas começam com um mecanismo financeiro para os interessados em investir em tais tecnologias. À medida que os gargalos são aliviados, o governo reduz gradualmente os incentivos.

A expansão da geração descentralizada vem ocorrendo, sobretudo, por meio do uso de energia renovável, dentre elas a solar. Porém, a intermitência deste tipo de energia adiciona um novo fator de risco à segurança do sistema elétrico. Em razão da inexistência de baterias de elevadíssima capacidade de armazenamento de energia, a otimização dos sistemas de transmissão e distribuição passa, inexoravelmente, pela digitalização das redes. É a digitalização que calibrará os diferenciais entre oferta e demanda de eletricidade, contornando com rapidez possíveis descompassos oriundos da falta de flexibilidade do sistema.

Pode-se dizer que a geração distribuída por energia solar é uma solução "3D": consonante com a necessidade de descarbonização, descentralização e digitalização do sistema elétrico. No Brasil, as características da geração distribuída por energia solar se revelam ainda mais disruptoras, por termos um sistema calcado na geração centralizada e sujeito a uma regulação intervencionista, em que o contribuinte sempre acaba pagando a conta. Sob a realidade da geração descentralizada por fonte solar, os esforços de expansão da rede obedecem às características de livre mercado e precisam de arcabouço regulatório ágil e flexível.

A disseminação do uso da energia solar passa pela quebra de paradigmas dos papéis do produtor e do consumidor. A figura do prosumer - a união entre produzir e consumir - deve ser mais difundida. No caso da energia solar, o prosumer é representado pela geração elétrica por painéis fotovoltaicos dos segmentos residencial, comercial e de pequenas e médias propriedades rurais. Esses segmentos vêm comandando a expansão do uso da energia solar, impulsionados pela Resolução Normativa (RN) Aneel n.º 482/2012 (RN 482/12), que estabeleceu o sistema Net Energy Metering como referência de medição do País e definiu as características dos sistemas mini e microgeração distribuída, e depois com a RN Aneel n.º 687/2015, que apurou a RN 482/12.

Ainda que o arcabouço regulatório atual e o barateamento da tecnologia de painéis fotovoltaicos sirvam de incentivo à geração solar, a disseminação do uso da energia solar passa pela quebra de paradigmas dos papéis de produtor e consumidor. Equipamentos ainda são muito caros para a realidade nacional, acendendo uma luz vermelha sobre as formas de financiamento existentes. Linhas de financiamento atrativas, somadas aos níveis atuais das tarifas de energia elétrica do mercado cativo, tornam os investimentos em mini e microgeração por painéis fotovoltaicos mais convidativos, pois o payback dos projetos será mais curto.

O incentivo feito por linhas de financiamento mais atraentes para a compra de painéis fotovoltaicos não seria inédito. A Caixa Econômica Federal (CEF) pratica parcerias com distribuidoras de gás locais para a compra do kit de GNV, e esse

modelo poderia ser aplicado à geração solar. Além dos atrativos de uma linha de financiamento popular, a capilaridade das operações da CEF e sua interação com a população seriam a solução adequada para financiar a expansão da geração de energia elétrica por fonte solar.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRA ESTRUTURA (CBIE)

MME / ASCOM .